

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO EM SANTA CATARINA ENTRE 2001 E 2016¹

Lauro Mattei²

Vicente Loeblein Heinen³

Resumo: Neste artigo analisa-se a evolução do emprego formal em Santa Catarina entre 2001 e 2016, com foco na dinâmica agregada dos postos formais de trabalho do estado. Após uma breve revisão de literatura, num primeiro momento são analisados os dados agregadamente e, posteriormente, seus comportamentos em termos de ramos de atividade, renda, jornada de trabalho, escolaridade e gênero. Visando compreender os possíveis impactos da atual crise econômica no mercado formal de trabalho catarinense, utilizaram-se dois períodos distintos de informações: o primeiro contempla os dados entre 2001 e 2014, enquanto o segundo analisa as informações entre 2014 e 2016, período fortemente influenciado pela crise econômica geral do país. A partir desses dados, notou-se o fim da expansão do emprego formal a partir de 2014, ano que marca uma forte inflexão dos postos formais de trabalho do estado. Com isso, intensificou-se a concentração do emprego formal nos setores de serviços e comércio da economia, ao passo que os setores da indústria de transformação e da construção civil apresentaram forte declínio. Esse movimento afetou o nível de renda dos trabalhadores, pois, frente ao período de retração econômica, o mercado formal de trabalho se ajustou reduzindo a participação das maiores faixas salariais e ampliando a das menores. No mesmo contexto, registrou-se a expansão da participação das jornadas de trabalho menos extensas no estado. No tocante à escolaridade, elevou-se a seletividade das contratações formais, posto que os trabalhadores com menores graus de escolaridade foram os principais afetados com a crise. Por fim, notou-se ainda que o cenário favorável à inserção da mulher no mercado de trabalho, que prevaleceu entre 2001 e 2014, também se reverteu a partir deste último ano.

Palavras-chave: Emprego; Santa Catarina; Postos Formais de Trabalho.

ANALYSIS OF THE FORMAL LABOR MARKET EVOLUTION IN SANTA CATARINA BETWEEN 2001 AND 2016

Abstract: This study analyzes the evolution of formal employment in the state of Santa Catarina between 2001 and 2016, focusing on the aggregate dynamics of the state's formal jobs. After a brief literature review, the aggregate data of the formal employment are data are analyzed, and, subsequently, its behavior in terms of economic activity sectors, income, working hours, schooling and gender. Aiming to understand the possible impacts of the current economic crisis on the Santa Catarina's formal labor market, two different periods of information were used: the first contemplates the data between 2001 and 2014, while the second analyzes the information between 2014 and 2016, a period strongly influenced by the economic crisis of the country. From this data, it is shown an expansion of formal

¹ Trabalho oriundo de projeto de pesquisa PIBIC/CNPq/UFSC 2017-2018.

² Professor do Curso de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC.

³ Graduando de Economia na UFSC e bolsista do referido projeto.

employment from 2014, a year that marked a strong inflection of the state's formal employment posts. As a result, the concentration of formal employment in the services and trade sectors of the economy has intensified, while the transformation industry and construction sectors have declined sharply. This movement affected the workers' level of income, because, faced with the period of economic recession, the formal labor market was adjusted by reducing the share of the highest wage brackets and increasing the share of the lowest. In the same context, there was an increase in the participation of less extensive working hours in the state. With regard to schooling, the selectivity of formal contracts increased, since the workers with the lowest educational levels were the main ones affected by the crisis. Finally, it was noted that the favorable scenario for the insertion of women in the labor market, which prevailed between 2001 and 2014, also reversed as of this last year.

Keywords: Employment; Santa Catarina; Formal jobs.

1. INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho passou por transformações profundas ao longo das últimas décadas. Apesar disso, e embora tenha mudado de forma, o trabalho jamais deixou de estar no centro do sistema capitalista, sendo responsável não apenas pela determinação de preços, mas também pelos próprios ciclos econômicos, assim como pelas condições de vida que disso decorrem (ANTUNES, 1997).

Com a alteração nas formas de incorporação de trabalho, a categoria do emprego também sofreu alterações qualitativas, de modo que, hoje, o “trabalhador pode perfeitamente estar precarizado, ainda que submetido a relações de emprego formais” (BRAGA, 2013, p. 194). Ainda assim, os *níveis de formalização do emprego* seguem sendo fundamentais para mensurar as condições de trabalho da população, sobretudo por configurarem um parâmetro para se analisar as correlações de força entre capital e trabalho e por ainda estabelecerem patamares mínimos de direitos aos trabalhadores, a exemplo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no caso brasileiro⁴.

Colocando esta questão em perspectiva histórica, observa-se que o mercado de trabalho está sempre submetido à forma de organização social da produção, a qual se transforma continuamente devido à articulação das esferas econômicas, políticas, culturais e geográficas. Sendo assim, é fundamental que as análises acerca deste tema considerem as

⁴ Nos termos de Sabadini e Nakatani, tem-se que “o desenvolvimento das relações capital/trabalho e as diferentes formas de regulamentação dessas relações impuseram uma outra noção de trabalho informal. Este se define em oposição a uma formalização legal que, no Brasil, aparece sob a forma de um registro na carteira de trabalho. Dessa maneira, os registros oficiais e os dados das pesquisas são muito mais limitados para a apreensão dessa categoria de trabalhadores. Entretanto, o estudo desses dados permite obter uma visão, certamente parcial, mas significativa desse fenômeno crescente em todas as sociedades contemporâneas e em particular, no Brasil” (2002, p. 268).

configurações mais gerais do sistema capitalista contemporâneo, para demonstrar seu movimento e os consequentes impactos no mercado de trabalho em geral, e em especial no caso em estudo, ou seja: o mercado formal de trabalho catarinense.

Partindo desse escopo, o presente artigo analisa a evolução e a dinâmica do mercado formal de trabalho catarinense entre 2001 e 2016. Para tanto, o trabalho está estruturado em mais três seções, além dessa breve introdução. A primeira seção sintetiza as principais transformações do mundo do trabalho, visando compreender suas consequências sobre as tendências do emprego no Brasil. Já a segunda analisa as informações sobre o mercado de trabalho em Santa Catarina, enfatizando as características gerais e a dinâmica específica de seu mercado formal de trabalho, com foco nos indicadores relativos aos ramos de atividade econômica, gênero, escolaridade, renda e jornada de trabalho. A terceira seção apresenta as considerações finais do trabalho, procurando destacar as principais tendências observadas no âmbito geral do mercado de trabalho catarinense.

2. TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO NO CURSO DO SÉCULO XXI

Para que se observe de forma concreta como as transformações da organização produtiva afetam aos trabalhadores, um primeiro movimento a ser feito diz respeito à análise dos ciclos e da dinâmica de acumulação do capital na qual eles se inserem. No plano mundial, as mudanças mais significativas nessa dinâmica tiveram início ao final dos anos 1960, período que marcou a transição para um novo regime de acumulação do capital, ao qual David Harvey (2012) denominou regime de *acumulação flexível*.

Demarcando o início de um novo ciclo econômico, este regime emergiu da crise das economias de escala⁵ e caracterizou-se pelo confronto direto com a rigidez do fordismo – expressa em elementos como os contratos e as jornadas de trabalho, assim como na própria estrutura e na ação do Estado –, atuando com a finalidade de reduzir os custos com mão-de-obra e promover a redução do tempo de giro do capital para resolver o problema da capacidade produtiva ociosa das economias centrais.

⁵ De acordo com Harvey (2012), a crise do fordismo demarca o fim do pacto social firmado no pós-guerra e está pautada pela impossibilidade da manutenção dos pilares que o sustentavam, isto é: a crescente ampliação da produtividade do trabalho e da lucratividade corporativa – capaz de sustentar o acordo cambial firmado em Bretton Woods –, que cederam com a elevação da *concorrência internacional* frente ao término do período de reconstrução dos países destruídos pela guerra e pelas contradições que a necessidade de constantes expansões de mercados consumidores implicavam ao sistema, principalmente no que tange à capacidade produtiva ociosa.

Para resolver a crise do lado da produção, teve início um amplo processo de *reestruturação produtiva*, que utilizou de inovações como as dos sistemas informacionais, comunicacionais e organizacionais para fomentar a substituição do trabalho vivo pelo morto, resultando na tendência global de flexibilização do mercado de trabalho, de ampliação do desemprego e de compressão dos salários⁶.

Para completar esse processo pelo lado da circulação, a solução da crise passava por deslocar os países latino-americanos de competidores industriais, para mercados consumidores, efeito que seria alcançado, entre outros expedientes, mediante a subordinação das economias periféricas no contexto da "financeirização" da economia global, a partir do qual a acumulação se dá principalmente sob os imperativos da valorização do capital pela via financeira (PAULANI, 2013). Tomando parte do processo de redução da concorrência internacional e da ampliação de mercados, por essa via, as economias centrais – Estados Unidos à frente – reduzem a liquidez internacional na década de 1980, levando à deterioração das contas internas de países como o Brasil, que passa a acumular déficits que exigem a obtenção de fortes saldos comerciais para financiá-los.

A partir disso, a economia nacional adentrou em um período de desregulamentação, abertura e internacionalização das finanças, que fizeram com que o país ficasse cada vez mais às margens da concepção de produtos, passando a se *especializar* na produção de mercadorias de menor valor agregado. A consequência imediata disso foi o deslocamento de grande volume de empregos do setor industrial para o de serviços⁷.

Na esfera política, a reestruturação produtiva foi completada pela difusão do neoliberalismo, que no Brasil significou uma reconfiguração das políticas econômicas a partir da década de 1990. Com isso, ampliaram-se largamente a lógica da privatização de empresas públicas, da liberalização comercial, da valorização de capitais pela via

⁶ Observa-se, nesse contexto, a ascensão do “desemprego ‘estrutural’ (em oposição a ‘friccional’), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical, [em consonância com o] crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado” (HARVEY, 2012, p. 141-43).

⁷ De acordo com Ruy Braga, “a tardia integração da estrutura social brasileira à mundialização do capital e ao neoliberalismo serviu para consolidar a dominância daqueles capitais internacionais liberados pela secular tendência à queda da taxa de lucros sobre setores não produtivos da economia nacional, tais como, o setor bancário e as telecomunicações. Ao longo da década de 1990, a visível expansão do setor de serviços que acompanhou o ciclo neoliberal das privatizações desenvolveu-se conforme a lógica da mecanização, da padronização, da especialização e da fragmentação, ou seja, da industrialização da relação de serviço imposta pelo desejo empresarial de assegurar ganhos de escala, promover a extensão da jornada de trabalho por meio do recurso às terceirizações e intensificar o ritmo do trabalho no setor” (2013, p. 145).

financeira e da consequente “racionalização produtiva” diante do novo padrão de concorrência internacional:

Combinando a flexibilidade produtiva garantida pela informatização com novas configurações entre o centro e a periferia da força de trabalho, as empresas brasileiras entraram, tardia porém decididamente, na era do *reporting* (prestação de contas aos acionistas), do *track recording* (histórico de desempenho) e do *downsizing* (enxugamento). E, ao longo da chamada “Era FHC”, um novo modelo de desenvolvimento pós-fordista periférico consolidou-se, renovando as formas de desigualdade no contexto do aumento do desemprego de massas. Por exemplo, entre 1989 e 1999 a quantidade de desempregados ampliou-se de 1,8 milhão para 7,6 milhões, com uma elevação da taxa de desemprego aberto de 3% para 9,6% da PEA (População Economicamente Ativa). Associada ao aumento do desemprego, a onda de privatizações da segunda metade dos anos 1990 foi uma das formas encontradas pelo governo FHC para criar um ciclo de negócios capaz de potencializar a acumulação de capital financeiro [...]. A estrutura econômica brasileira, não sem conflitos, é verdade, foi finalmente integrada à mundialização do capital e ao neoliberalismo, transformando -se em uma autêntica *plataforma de valorização financeira internacional* (BRAGA, 2013, p. 145).

Uma vez consolidadas essas mudanças estruturais de ampla expansão da *precarização do mercado de trabalho*, entretanto, a economia mundial experimentou um novo ciclo expansivo. A partir de 2003, a alta no ciclo de liquidez internacional permitiu baixas taxas de juros no mercado de crédito mundial, dando margem para reduções nos juros domésticos sem grande desvalorização cambial. Somando isso à elevação da demanda e dos preços dos produtos primários (provocada sobretudo pelo crescimento da economia chinesa), tem-se no Brasil os superávits que permitiram que o governo ampliasse o gasto público, investindo em infraestrutura e implementando políticas tributárias e de crédito⁸ que reforçaram “o ritmo de atividade da economia, contribuindo para a geração de empregos formais e não formais” (BALTAR, 2014, p. 101).

Nesse período, portanto, observou-se uma grande ampliação dos Postos Formais de Trabalho (PFTs) no Brasil, que cresceram 67,8% entre 2003 e 2014 no país (PDET, 2016). Assim, a primeira década dos anos 2000 foi marcada por uma melhoria das *condições formais de trabalho* no país, porém, como as mudanças promovidas não romperam “em essência, com

⁸ Na visão de Cardoso Júnior, para além do “aumento e desconcentração do gasto social, aumento e diversificação do crédito interno e do aumento e diversificação do saldo exportador”, a “consolidação do regime tributário simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte (SIMPLES) e uma maior eficácia das ações de intermediação de mão-de-obra e de fiscalização das relações e condições de trabalho nas empresas” (2007, p. 88) também foram fontes importantes à expansão do emprego formal no período.

o tripé de política econômica existente no país desde 1999” (DIEESE, 2012, p. 13), tampouco com a *especialização produtiva* voltada para mercadorias de baixo valor agregado, o período também foi caracterizado pela penetração da lógica flexível nas relações laborais⁹.

Com o advento da crise econômica global a partir de 2008, contudo, houve uma retração da demanda internacional, a qual surtiu efeitos diretos sobre o mercado de trabalho brasileiro, desfazendo a conjuntura favorável que predominou nesse período de ascensão¹⁰. Com isso, observam-se alterações contínuas nas taxas de ocupação do mercado formal de trabalho, destacando-se a enorme redução deste tipo de ocupação após o ano de 2014, quando a economia brasileira entrou em profunda recessão, causando efeitos negativos sobre o nível de emprego que perduram até os dias atuais.

3. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA ENTRE 2001 E 2016

3.1. Aspectos gerais do mercado de trabalho catarinense

A despeito das distintas estruturas produtivas regionais, observa-se que o mercado de trabalho catarinense apresenta comportamento semelhante ao brasileiro nas distintas fases históricas. Para Lins e Mattei (2007), desde a integração de Santa Catarina ao mercado nacional, mas especialmente nas últimas três décadas, a economia catarinense vem acompanhando de maneira bastante uniforme a dinâmica nacional, com efeitos que também são estendidos ao mercado de trabalho.

Sendo assim, é evidente que nos últimos anos a economia catarinense teve seu desempenho fortemente condicionado pelo movimento da economia nacional, cujo cenário foi marcado por uma das maiores recessões de sua história. Nesse sentido, registre-se que Santa

⁹ Segundo estudo do DIEESE, no Brasil da primeira década deste século, as taxas de rotatividade da força de trabalho foram constantemente elevadas, ao passo que o país “apresentou taxas que variaram entre 43,6%, em 2004 e 52,5%, em 2008, chegando em 2010 – já no início da segunda década – a 53,8%” (2012, p. 281). Adicionalmente, Sotelo Valencia faz notar que esse novo padrão, “mesmo nos períodos de crescimento, implica a precarização dos novos empregos e também dos já existentes (por exemplo, quando passam de estáveis a instáveis mediante a demissão e posterior recontração), diferentemente do que ocorreu no período ‘orgânico’ da industrialização latino-americana, [visto que esse novo ciclo] não oferece nenhuma oportunidade para desenvolver a industrialização e o mercado interno, pois o padrão neoliberal privilegia o mercado mundial e os empregos tendem a se degradar e a se transformar em empregos precários, sem nenhuma consideração jurídico-política por parte do Estado” (2009, p. 133-134).

¹⁰ “Em momentos de expansão da economia mundial cresce a demanda pelas exportações das economias periféricas. Quando o ciclo de liquidez internacional está em alta, passa a existir crédito abundante nos mercados internacionais e, via de regra, com taxas de juros reduzidas. Nesse contexto internacional favorável, ainda que continuem operando os condicionantes estruturais da dependência, existe certa margem de manobra para as economias dependentes. O mesmo não pode ser dito quando o contexto internacional é desfavorável. Neste, os problemas estruturais se manifestam nos indicadores de vulnerabilidade externa das economias” (CARCANHOLO, 2012, p. 82).

Catarina também vem sofrendo os efeitos da crise econômica que se consolidou no país a partir de 2014.

Apesar desse cenário, uma das características gerais do mercado de trabalho catarinense segue sendo que as suas taxas de desemprego figuram sempre entre as menores, em comparação com as demais unidades federativas do Brasil. A situação também é relativamente melhor no que se refere ao grau de formalização do trabalho, quesito no qual Santa Catarina também apresenta um dos melhores resultados nacionais.

Para contextualizar a questão do emprego formal na situação geral do emprego no estado e no país, a Tabela 1 apresenta a variação de indicadores relacionados à força de trabalho no Brasil e em Santa Catarina entre 2001 e 2015¹¹, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE (2017):

Tabela 1: Evolução da PIA, PNEA, PEA e da condição de ocupação (mil pessoas). Brasil e SC, 2001 e 2015.

		2001	%	2015	%	Var. (p.p.)	Taxa a.a. (%)
Brasil	PIA	140.422	100	177.657	100	-	1,69
	PNEA	55.518	39,54	72.137	40,60	1,07	1,89
	PEA	84.886	60,45	105.519	59,39	-1,06	1,57
	PEA Ocupada	76.936	54,79	95.380	53,69	-1,10	1,55
	PEA Desocupada	7.950	5,66	10.139	5,71	0,05	1,75
Santa Catarina	PIA	4.628	100	6.049	100	-	1,93
	PNEA	1.642	35,48	2.312	38,22	2,74	2,47
	PEA	2.986	64,52	3.736	61,76	-2,76	1,61
	PEA Ocupada	2.862	61,84	3.528	58,32	-3,52	1,51
	PEA Desocupada	124	2,68	208	3,44	0,76	3,76

Fonte: IBGE/PNAD; Elaboração própria.

Desde o início da primeira década do século XXI, Santa Catarina encontra-se numa situação melhor do que a maioria das demais unidades da federação no que se refere à participação no mercado de trabalho, pois 64,5% da sua população em idade ativa (PIA) são pessoas economicamente ativas (PEA). Esse percentual situou-se ligeiramente acima do percentual apresentado pelo país em 2001, que era de 60,4%. No último ano da série (2015), já sob os efeitos da crise econômica, esses percentuais foram de 61,8% e 59,4%, respectivamente.

¹¹ A análise não abrange o ano de 2016 devido à mudança metodológica da PNAD para a PNAD Contínua a partir dessa data.

Em relação ao nível de ocupação, em 2001 Santa Catarina contava com 95,8% de sua PEA ocupada, o que, em termos absolutos, correspondia a 2.862 mil pessoas ocupadas. Esse percentual se reduziu para 94,4% em 2015, embora o número absoluto de pessoas ocupadas tenha passado para 3.528 mil. No agregado nacional, o percentual da PEA ocupada passou de 90,6%, em 2001, para 90,4%, em 2015, demonstrando o esgotamento da fase de melhoria do mercado de trabalho. A PEA ocupada catarinense cresceu a uma taxa média de 1,5% ao ano no período considerado, praticamente o mesmo ritmo observado no conjunto do país. A rigor, esse resultado reflete o cenário de crise de 2015, uma vez que até 2014 ambas as regiões apresentavam um crescimento expressivo na população ocupada.

Em função disso, observa-se um aumento do desemprego, que até 2014 vinha diminuindo em termos de sua participação na PEA. No caso de Santa Catarina, a taxa de desocupação (desocupados/PEA) passou de 4,2%, em 2001, para 5,6%, em 2015. No conjunto do país, nota-se que a categoria dos desocupados – que vinham apresentando queda sequencial em termos relativos ao longo da primeira década do século, chegando a representar apenas 6,7% da PEA brasileira no ano de 2011 – elevou-se expressivamente em 2015, atingindo 9,6%. Embora não seja possível comparar tais dados com os resultados da PNAD Contínua, vale observar que esta nova versão da pesquisa do IBGE assinala um crescimento ainda maior do desemprego em 2016, com taxas na casa dos 11% para o Brasil, e dos 6% para Santa Catarina.

A Tabela 2 apresenta a evolução da condição de ocupação e da *posição na ocupação* no trabalho principal da PEA em Santa Catarina:

Tabela 2: Evolução da População Economicamente Ativa, condição de ocupação e da posição na ocupação no trabalho principal. SC, 2001 e 2015 (mil pessoas)

	2001	%	2015	%	Var na PEA (p.p.)
PEA	2.986	100,00	3.736	100,00	-
PEA Ocupada	2.861	95,81	3.528	94,43	-1,38
PEA Desocupada	125	4,19	208	5,57	1,38
<i>Empregados</i>	1.587	53,15	2.299	61,54	8,39
<i>Trabalhadores domésticos</i>	159	5,32	155	4,15	-1,18
<i>Conta própria</i>	564	18,89	727	19,46	0,57
<i>Empregadores</i>	172	5,76	200	5,35	-0,41
<i>Trabalhador na construção para o próprio uso</i>	2	0,07	1	0,03	-0,04
<i>Trabalhador na produção para o próprio consumo</i>	94	3,15	75	2,01	-1,14
<i>Não remunerado</i>	283	9,48	71	1,90	-7,58

Fonte: IBGE/PNAD; Elaboração própria.

Inicialmente destaca-se a redução na ordem de 1,38% da participação da PEA ocupada na PEA total do estado, proporção que era 95,81%, em 2011, e passou para 94,43%, em 2015. A PEA desocupada, por outro lado, ampliou sua participação na PEA total para 5,57%, significando que – embora ainda em patamares relativamente baixos – o nível de desemprego aumentou, especialmente nos últimos anos da série.

Do ponto de vista da condição na ocupação, observa-se que a categoria dos empregados respondia por 53% da PEA catarinense no ano de 2011, proporção que passou para 61,5% em 2015. Em termos absolutos, houve a incorporação de 712 mil empregados no mercado de trabalho catarinense entre os anos de 2001 e 2015. A julgar pelo elevado ganho em participação no agregado da PEA que a categoria dos *empregados* apresentou (8,39%), é possível afirmar que este período foi marcado por uma tendência de estruturação do mercado de trabalho catarinense a partir de relações trabalhistas clássicas, nas quais prevalece o binômico proprietários e não proprietários dos meios de produção.

Também indicando essa forma de estruturação, nota-se que a categoria dos trabalhadores não remunerados apresentou a maior queda percentual do período, reduzindo em 7,58% sua participação no total da PEA. Assim, 212 mil trabalhadores deixaram de fazer parte desta categoria ocupacional de 2001 a 2015, ano este em que os trabalhadores não remunerados representaram menos de 2% da PEA do estado. Em grande medida, esses trabalhadores encontram-se alocados no setor primário, particularmente no sistema familiar de produção.

Outro efeito do grande contingente populacional dedicado à agricultura familiar em Santa Catarina diz respeito ao volume de pessoas trabalhando por conta própria – condição que é característica desse sistema – no estado. Quanto a isso, nota-se que a categoria dos trabalhadores por conta própria manteve sua participação praticamente inalterada ao longo de todo o período considerado, chegando a 2014 como 19% da PEA estadual. Atualmente essa é a segunda maior categoria ocupacional do estado.

Os trabalhadores domésticos, por sua vez, apresentaram uma redução na sua participação na PEA total de 5,3%, em 2001, para 4% em 2015. Essa redução pode estar associada tanto à crise econômica – que levou os demandantes desse tipo de serviço a contratarem menos –, quanto ao novo marco regulatório do setor, aprovado em 2013¹².

Os empregadores sofreram uma pequena redução percentual em sua participação na PEA total ao longo do período, muito embora tenham aumentado em termos absolutos. De

¹² Sobre a chamada “PEC das domésticas”, ver Teixeira (2013).

toda forma, essa é uma categoria ocupacional com pouca representação na PEA catarinense, dadas características ocupacionais gerais concentradas nos trabalhadores empregados e por conta própria.

No que concerne ao *mercado formal de trabalho*, em especial, cabem inicialmente alguns esclarecimentos. Registre-se, a esse ponto, que as informações utilizadas nas análises desse tema terão a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) como referência, o que se justifica tanto pela correlação importante que a RAIS guarda com os índices de seguridade social – principalmente no que tange aos trabalhadores cobertos pela CLT –, quanto pela ampla cobertura¹³ e pela possibilidade de análises regionalizadas, setoriais e ocupacionais que sua base de dados oferece.

Dada essa relação, a Tabela 3 apresenta a evolução do total dos Postos Formais de Trabalho (PFTs) em Santa Catarina entre 2001 e 2016, de acordo com os registros da RAIS:

Tabela 3: Distribuição dos PFTs em Santa Catarina (2001-2016)

<i>Ano</i>	Total
2001	1.155.712
2002	1.235.612
2003	1.291.454
2004	1.406.247
2005	1.486.969
2006	1.598.454
2007	1.697.800
2008	1.777.604
2009	1.838.334
2010	1.969.654
2011	2.061.577
2012	2.103.002
2013	2.210.927
2014	2.273.933
2015	2.214.292
2016	2.167.923
Taxa a.a.	4,63%

Fonte: RAIS/MTE; Elaboração própria.

¹³ Segundo o MTE (2015), a base de dados da RAIS cobre cerca de 97% de todo o mercado formal de trabalho do país pelo menos desde 2007.

De um modo geral, a recuperação das atividades econômicas iniciada em 2004 implicou reflexos imediatos na economia catarinense¹⁴, sendo que um dos resultados mais visíveis foi a expansão das relações de trabalho formalizadas. Em meio a esse cenário, o início do século foi marcado por uma franca ampliação dos PFTs do estado, que passaram de 1.155.712 em 2001, para 2.273.933 em 2014, ano este em que o número PFTs foi o maior já registrado em Santa Catarina. Os dados da RAIS¹⁵ indicam que, nesse período, o estado praticamente dobrou seu estoque de empregos formais, colocando-se dentre as mais importantes unidades da federação em termos de formalização das relações de trabalho. Essa trajetória, todavia, começou a se alterar a partir de 2014, visto que, somente de 2014 a 2016, Santa Catarina perdeu 106 mil PFTs, findando, assim, o longo período de elevação do volume absoluto de empregos formais que se estendia no estado desde 1996.

Não sobram dúvidas, pois, que essa inversão de trajetória após 2014¹⁶ está diretamente relacionada à crise econômica enfrentada pelo país, visto que, a despeito de Santa Catarina manter uma estrutura produtiva diversificada, contar com uma expressiva participação da produção industrial e ter apresentado uma forte expansão do setor de serviços nas últimas décadas, a geração de empregos em sua economia também depende em grande medida da conjuntura nacional.

¹⁴ De um modo geral, é possível afirmar que o cenário favorável às exportações que se firmou no Brasil beneficiou a formalização do trabalho em Santa Catarina em razão da elevação da participação de grandes empresas: “destaca-se o fato de que no Brasil as grandes empresas predominam na exportação e as empresas grandes praticamente só empregam diretamente formalizando os contratos de trabalho em conformidade com a legislação” (BALTAR, 2014, p. 101).

¹⁵ Sobre os aspectos metodológicos do uso da RAIS como parâmetro para o emprego formal, vale a ressalva feita por Baltar, que argumenta que os registros da RAIS para a primeira década do século cresceram em descompasso com a evolução real do emprego formal no período: “O crescimento do emprego formal desproporcional ao crescimento do PIB, então, está relacionado com a formalização das empresas e dos contratos de trabalhos. O intenso crescimento do emprego registrado pela Rais deve-se muito mais a entrada e saída de estabelecimentos na Rais do que à variação do emprego em estabelecimentos que já estavam e se mantiveram na Rais. Alguns dos estabelecimentos novos decorrem da ampliação da capacidade produtiva de empresas já presentes na Rais, mas parte considerável é formada de empresas que se formalizaram ou nasceram formalizadas e declarando a Rais. A variação do emprego nos estabelecimentos que já estavam e se mantiveram na Rais foi relativamente pequena para o crescimento do PIB nos anos mencionados, de modo que foi a entrada de novos estabelecimentos na Rais, em substituição dos que saíram ou que ampliaram o número de estabelecimentos, que fez o crescimento do emprego formal ser muito maior do que o do PIB” (2014, p. 103).

¹⁶ Tendo em vista a importância dessa inflexão, registre-se que as análises que se seguem considerarão dois momentos distintos: o período “pré-crise” entre 2001 e 2014; e o período de maior incidência da crise, que começa em 2014 e se estende até 2016 (último ano com informações disponíveis).

3.2. Evolução do mercado formal de trabalho catarinense segundo alguns indicadores

3.2.1. Setores de Atividade Econômica

Refletindo as mudanças econômicas observadas nas escalas global e nacional, a base produtiva da economia catarinense vem sofrendo com mudanças substanciais desde o início do século. A Tabela 4 oferece um panorama da distribuição setorial dos empregos formais em Santa Catarina em 2001, 2014 e 2016:

Tabela 4: PFTs por setor de atividade econômica em SC (2001, 2014 e 2016)

	2001	%	2014	%	2016	%	Taxa a.a. (%)	
							(2001-2014)	(2014-2016)
<i>Extrativa mineral</i>	5.375	0,47	8.496	0,37	7.188	0,33	3,76	-8,36
<i>Indústria de transformação</i>	390.330	33,77	684.309	30,09	629.396	29,03	4,38	-4,18
<i>Serviços industriais de utilidade pública</i>	13.452	1,16	20.124	0,88	20.188	0,93	3,49	0,16
<i>Construção Civil</i>	41.836	3,62	105.331	4,63	83.580	3,86	8,68	-11,57
<i>Comércio</i>	197.839	17,12	455.439	20,03	441.059	20,34	6,60	-1,60
<i>Serviços</i>	306.550	26,52	694.185	30,53	687.737	31,72	6,43	-0,47
<i>Administração Pública</i>	166.178	14,38	261.177	11,49	255.580	11,79	3,17	-1,08
<i>Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca</i>	34.152	2,96	44.872	1,97	43.195	1,99	1,27	-1,90
Total	1.155.712	100	2.273.933	100	2.167.923	100	5,30	-2,39

Fonte: RAIS/ MTE; Elaboração própria.

De início, nota-se que o período 2001-2014 foi marcado por um crescimento nos PFTs de todos os setores, ao passo que o agregado estadual cresceu a uma taxa acumulada ao ano de 5,3%. Nesse período, o setor que mais cresceu foi a construção civil (8,68% a.a.), o que se deve especialmente à mobilização de grandes empresas por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida¹⁷ (PMCMV) do governo federal. Completando o quadro dos setores que cresceram acima da média, o comércio (6,6% a.a.) e os serviços (6,43% a.a.) também apresentaram grande ampliação do estoque de seus PFTs. Ainda que abaixo da média estadual, o quarto ramo que mais cresceu (4,38% a.a.) foi a indústria de transformação, seguido pelos setores da extrativa mineral (3,76% a.a.), dos serviços industriais de utilidade

¹⁷ De acordo com Maricato (2011), a expansão do setor da construção civil foi um mecanismo empregado pelo governo federal para movimentar a economia brasileira de forma anticíclica, tendo em vista a crise internacional consolidada em 2008. Nesse sentido, salienta-se que projetos como o MCMV elevaram as taxas de emprego de forma conjuntural no país, mantendo, não obstante, uma estrutura de baixos salários e precarização das condições de trabalho.

pública (SIUP) (3,49% a.a.), da administração pública (3,17% a.a.) e do setor da agropecuária, as extração vegetal, caça e pesca (1,27% a.a.).

Saldo dessa dinâmica, o setor que mais ganhou em participação nesse período foi o de serviços, que representava 26,5% do total dos PFTs em 2001, e em 2014 passou a ser o setor com mais empregados formalizados de Santa Catarina, abrangendo 31,7% de seus PFTs. Acompanhando o fortalecimento do chamado “terceiro setor”, o comércio ampliou sua participação no agregado em 2,9%, percentual este que foi de 1% para a construção civil. Em contrapartida, a indústria de transformação foi o setor que mais perdeu em participação no total dos PFTs do estado (-3,68% a.a.) no período.

A desaceleração econômica e a queda dos investimentos em setores que geravam empregos formais a partir de 2014, no entanto, fez com que o mercado de trabalho catarinense se integrasse à lógica de ampliação do desemprego desencadeada globalmente, o que levou à retração do estoque de PFTs para quase todos os setores, intensificando, em especial, a queda da participação da indústria na estrutura formal de emprego do estado.

Tendo fechado cerca de 54 mil PFTs entre 2014 e 2016, a indústria de transformação apresenta taxa de crescimento de -4,18% e perde 1,06% no agregado estadual apenas entre esses dois anos. A mudança mais abrupta que a crise acarretou no estoque de empregos formais do estado se deu na construção civil que, diante da retração econômica e da paralização do PMCMV a partir de 2014, foi o setor que apresentou a taxa de crescimento mais negativa no estado (-11,57% a.a.) nesse período. Completando o quadro dos setores que apresentaram taxas mais negativas que a média estadual, nota-se que a extrativa mineral decresceu à taxa acumulada ao ano de -8,36%. O setor da agropecuária, extração vegetal, caça e pesca também, por sua vez, também apresentou perdas significativas (-1,9% a.a.) entre 2014 e 2016, fato que demonstra a perda de espaço também por parte das atividades primárias na estrutura formal de emprego do estado. Além disso, tem-se que a administração pública decresceu à taxa de -1,08% ao ano, enquanto os setores de serviços e do comércio decresceram a taxas relativamente modestas (-0,47% e -1,6% a.a., respectivamente). Por ser um ramo de baixo dinamismo quanto ao ciclo econômico, o setor dos SIUP foi o único que apresentou crescimento (0,16% a.a.) nesse intervalo de tempo.

Levando em consideração essa dinâmica, portanto, é notável que o período de maior incidência da crise econômica serviu à intensificação do processo de concentração do emprego formal no setor de serviços na economia catarinense. Tendo sido o segundo ramo menos afetado pela crise, o setor de serviços foi o que mais ganhou em participação (1,20%)

no agregado estadual de 2014 a 2016, seguido pelo comércio (0,32%) e pela administração pública (0,30%). No tocante às transformações recentes do mundo do trabalho, esses resultados indicam a continuidade da penetração da lógica flexível de acumulação – que promove a especialização produtiva, deslocando empregos de setores de produção de bens de capital, para outros mais voltados à circulação de mercadorias – na distribuição setorial das ocupações formais no estado.

3.2.2. Gênero

A despeito de ser um fator que frequentemente passa ao largo de análises econômicas, a divisão sexual do trabalho tem caráter fundamental à compreensão da dinâmica do mercado de trabalho catarinense no século XXI. A Tabela 5 mostra as mudanças recentes na distribuição dos PFTs entre homens e mulheres no estado:

Tabela 5: Distribuição dos PFTs por gênero em SC (2001, 2014 e 2016)

	Homens	% Masculina	Mulheres	% Feminina	Total
2001	713.211	61,71	442.501	38,29	1.155.712
2014	1.247.948	54,88	1.025.985	45,12	2.273.933
2016	1.179.937	54,43	987.986	45,57	2.167.923
Taxa a. a. (2001-2014)	4,38%	-	6,58%	-	5,30%
Taxa a. a. (2014-2016)	-2,80%	-	-1,89%	-	-2,39%

Fonte: RAIS/MTE; Elaboração própria.

Com base nesses dados, tem-se que de 2001 a 2014 a participação feminina no mercado formal do estado foi elevada em 6,83%, o que significou uma redução da diferença entre os sexos a uma média de 1,09% ao ano. Nesse período, verificou-se que os PFTs ocupados por mulheres cresceram à taxa acumulada ao ano de 6,58%, enquanto que os ocupados por homens cresceram à taxa anual de 4,38%.

Quanto a isto, um primeiro aspecto a ser levantado diz respeito às políticas adotadas pelo governo federal no sentido de retomar os níveis de formalização do emprego, o que promoveu o acesso de novos estratos sociais a postos formais de trabalho, contribuindo à inserção de mulheres no mercado de trabalho brasileiro (LEONE; BALTAR, 2008) e – conforme expresso nos dados analisados – catarinense. Não obstante, ressalta-se que os resultados obtidos também estão de acordo com o padrão observado por Helena Hirata (2012), para quem a lógica de acumulação do capital implica que, em períodos de estabilidade

econômica, a mão-de-obra feminina seja mais demandada – ainda que em processos de jornada de trabalho dupla –, tendo em vista o aumento dos salários dos homens e a possibilidade de expandir a produção.

Ainda segundo Hirata (2012), é sistemático que esse crescimento da participação feminina no mercado de trabalho tenda a ser estancado à medida em que a retração econômica reduza a produção e os salários e circunscreva as mulheres novamente ao desemprego e/ou aos afazeres domésticos diante da eminência da demissão de homens. Corroborando essa hipótese, os registros da RAIS demonstram que, durante o período de maior incidência da crise (2014-2016), a diferença percentual entre os PFTs ocupados por homens e os ocupados por mulheres reduziu-se à modesta taxa média de 0,5% ao ano, ou seja: a origem da crise coincidiu com a desaceleração do crescimento da participação das mulheres¹⁸. Como resultado dessa dinâmica, em 2016 as mulheres ocupavam 45,57% dos PFTs do estado.

3.2.3. Grau de escolaridade

Do ponto de vista deste estudo, é importante constatar que as transformações recentes do mundo do trabalho implicam em adequações na capacitação técnica da mão-de-obra, fator que se relaciona diretamente com o grau de escolaridade dos trabalhadores.

Tendo em vista esse vínculo, a Tabela 6 apresenta a dinâmica distributiva recente dos PFT segundo o grau de escolaridade em Santa Catarina:

Tabela 6: PFTs por grau de escolaridade em SC (2001, 2014 e 2016)

	2001	%	2014	%	2016	%	Taxa a.a.	
							(2001-2014)	(2014-2016)
Analfabeto	9.338	0,81	7.600	0,33	7.346	0,34	-0,63%	-1,70%
Fundamental Incompleto	357.786	30,96	277.768	12,22	224.728	10,37	-1,92%	-10,59%
Fundamental Completo	261.566	22,63	311.026	13,68	262.442	12,11	1,28%	-8,49%
Médio Incompleto	116.541	10,08	188.579	8,29	163.251	7,53	3,50%	-7,21%
Médio Completo	256.202	22,17	994.757	43,75	979.308	45,17	10,55%	-0,78%
Superior Incompleto	42.810	3,70	104.451	4,59	101.832	4,70	6,84%	-1,27%
Superior Completo	111.469	9,65	389.752	17,14	429.016	19,79	9,61%	4,80%
Total	1.155.712	100,00	2.273.933	100,00	2.167.923	100,00	5,30%	-2,39%

Fonte: RAIS/MTE; Elaboração própria.

Para o período 2001-2014, é especialmente relevante o crescimento da classe que abrange os PFTs com ensino médio completo, que, crescendo à taxa de 10,55% ao ano,

¹⁸ Também em explicação a essa dinâmica, os estudos de Lena Levinas revelam que, no Brasil, aumento de “escolaridade e salários são positivamente correlacionados com o aumento da participação feminina dentre os ocupados, enquanto informalidade e expansão da economia de serviços têm correlação negativa” (2001, p. 18).

ampliou sua participação no agregado estadual de 22,17% em 2001, para 43,75% em 2014. Seguindo a mesma lógica de elevação do grau de escolaridade, a faixa dos PFTs com ensino superior completo apresentou a segunda maior taxa de crescimento (9,61% a.a.) nesse mesmo período, seguida pela faixa dos PFTs que contam com ensino superior completo (6,84%), que também cresceu acima da média estadual.

Alterando substancialmente a distribuição da escolaridade dos PFTs, o período de crescimento econômico dos anos 2000 foi marcado por retração no número de trabalhadores formalizados com ensino fundamental incompleto (-1,92% a.a.), acompanhada de um crescimento modesto do volume de trabalhadores com ensino fundamental completo (1,28% a.a.). Dessa forma, de 2001 a 2014 essas faixas de escolaridade tiveram suas participações no total dos PFTs do estado reduzidas em -18,74% e -8,95%, respectivamente. Na mesma direção, os trabalhadores classificados como analfabetos também tiveram sua participação reduzida, passando de 0,81% em 2001, para 0,33% em 2014; enquanto que os PFTs ocupados por pessoas com ensino médio incompleto também cresceram abaixo da média, perdendo 1,79% em participação no quadro do emprego formal em Santa Catarina.

De acordo com Moretto (2016), essa redução foi resultado de políticas públicas que tentaram universalizar a educação básica no país. Ainda que, no bojo desse processo, a “elevação quantitativa não signifique uma elevação qualitativa de mesma intensidade” (MORETTO, 2016, p. 41), é evidente que essas medidas alteraram significativamente a composição da escolaridade dos PFTs do estado, pois fizeram com que, sobretudo os jovens, passassem para a faixa superior de escolaridade ao completarem o ensino fundamental.

Via de regra, é possível afirmar que a distribuição dos PFTs dentre os níveis de escolaridade seguiu uma mesma lógica em todo o período 2001-2016. O próprio saldo da crise econômica não alterou esse trajeto, a despeito de ter servido à intensificação das tendências anteriores no tocante à *maior seletividade na contratação*, tendo, a bem da verdade, ampliado os obstáculos à inserção de trabalhadores com níveis de escolaridade mais baixos no mercado formal de trabalho.

Isto posto, de 2014 a 2016 o decréscimo mais abrupto de PFTs continuou ocorrendo no intervalo de escolaridade do ensino fundamental incompleto (-10,59% a.a.), seguido pelo fundamental completo (-8,49%) e pelo médio incompleto (-7,21% a.a.). O destaque positivo ficou por conta da faixa de escolaridade do ensino superior completo, que continuou abrindo PFTs – agora à taxa de 4,8% ao ano – e ampliou sua participação no agregado estadual em 2,65% em apenas dois anos.

A partir desses resultados, é perceptível a relação que se estabelece entre o regime de acumulação flexível, a adequação dos trabalhadores às novas formas de produção e o processo de elevação da escolaridade da mão-de-obra observado. Nesse sentido, a lógica registrada para o caso catarinense assemelha-se à lógica nacional, onde o sistema educacional tende a ser submetido não só às demandas do mercado, que, na conjuntura recente, exige “nova qualificação da força de trabalho e diminuição de seu custo, remetendo, com frequência, a processos de mera massificação” (MANCEBO; SILVA JÚNIOR; SCHUGURENSKY, 2016, p. 221), mas também a ser ele mesmo uma plataforma de valorização do capital pela via financeira, como parece ser o caso vigente, tendo em vista a contínua elevação da participação das instituições de ensino privadas na expansão do volume de trabalhadores com ensino superior no Brasil, ainda que isso não se converta em ganhos reais de produtividade (SGUISSARDI, 2015).

3.2.4. Remuneração

Embora não determine, por si só, as condições de vida da população¹⁹, a dinâmica dos patamares de remuneração dos trabalhadores permite estabelecer parâmetros gerais à valoração da força de trabalho dos trabalhadores formalizados em Santa Catarina, configurando-se, portanto, enquanto um importante ponto de análise.

A Tabela 7 demonstra o comportamento das faixas de remuneração médias em Santa Catarina, levando em consideração os anos de 2001, 2014 e 2016:

Tabela 7: PFTs por faixa de remuneração média em SC (2001, 2014 e 2016)

	<i>Até 1 SM</i>	<i>De 1 a 2 SM</i>	<i>De 2 a 3 SM</i>	<i>De 3 a 5 SM</i>	<i>De 5 a 10 SM</i>	<i>Mais de 10 SM</i>	<i>Ignorado</i>	Total
2001	29.608	384.513	317.328	224.543	132.087	65.573	2.060	1.155.712
%	2,56	33,27	27,46	19,43	11,43	5,67	0,18	100,00
2014	72.678	1.044.943	540.987	316.331	170.458	65.303	63.233	2.273.933
%	3,20	45,95	23,79	13,91	7,50	2,87	2,78	100,00
2016	72.536	1.024.915	499.337	285.306	161.320	60.166	64.343	2.167.923
%	3,35	47,28	23,03	13,16	7,44	2,78	2,97	100,00
Taxa a.a. (2001-2014)	6,88%	7,88%	3,74%	2,52%	1,47%	-0,66%	27,63%	5,30%
Taxa a.a. (2014-2016)	-0,10%	-0,97%	-4,01%	-5,16%	-2,75%	-4,10%	0,87%	-2,39%

Fonte: RAIS/ MTE; Elaboração própria.

¹⁹ Destacando a dificuldade de se captar questões qualitativas a partir do aspecto renda, Luce (2013) destaca que o próprio potencial de consumo dos trabalhadores não depende apenas dos salários, mas também de elementos como o endividamento das famílias, o aumento do desgaste da força de trabalho para acessar os bens de consumo necessários e a alteração dos padrões de consumo socialmente determinados.

De início, registre-se que – a despeito da impressão positiva que o enorme aumento do número absoluto de PFTs desde o começo do século pode causar – a regra estadual para o período 2001-2016 foi o *aumento da participação das menores remunerações* no estoque de empregos formais, sendo que a proporção dos PFTs com remunerações de até 3 Salários Mínimos (SM) se elevou em 10,4% nesse período, chegando a abranger 70,66% dos PFTs do estado em 2016.

Tomando o período anterior à crise como referência, chama a atenção que a faixa que abrange os PFTs remunerados com até 1 SM apresentou um grande crescimento (6,88% a.a.), elevando sua participação no agregado estadual de 2,56% em 2001, para 3,2%, em 2014. Dando a tônica desse quadro de baixa valorização dos rendimentos, nota-se que a *faixa salarial majoritária para os trabalhadores que ingressaram no mercado formal de trabalho no período 2001-2014 foi a que vai de 1 a 2 SM*, tendo em vista que essa faixa de remuneração elevou sua participação relativa no total dos PFT do estado em 12,7%. O número de PFTs remunerados com de 1 a 2 SM aumentou em aproximadamente 660 mil nesse período, tendo crescido à taxa de 7,88% ao ano.

Para todas as demais frações salariais, o período 2001-2014 representou uma redução da participação percentual no agregado geral, chamando a atenção a importante contração relativa das faixas de renda intermediárias. Embora a taxa de crescimento anual da faixa de remuneração que vai de 3 a 5 SM tenha ficado em torno de 2,5%, os PFTs desse intervalo tiveram a maior perda de participação no agregado estadual no período, a qual foi de -5,52%. No mesmo sentido, a faixa de 2 a 3 SM também apresentou crescimento abaixo da média estadual, reduzindo em 3,7% sua participação no total dos PFTs.

De um modo geral, essas informações revelam que – paralelamente à elevação do emprego formal – a lógica que imperou no estado nesse período foi a da *concentração dos PFTs nas menores faixas salariais*, o que indica que já se observava uma tendência de demanda por mão-de-obra barata e de precarização do trabalho em Santa Catarina mesmo antes da retração econômica.

Com relação ao período 2014-2016, verifica-se que a situação é ainda mais preocupante, porquanto a elevação do desemprego e a retração do emprego formal são acompanhadas pela continuidade do ganho de participação das menores faixas de remuneração no estado, ao passo que tanto a faixa que vai até 1 SM (-0,1% a.a.), quanto a de 1 a 2 SM (-0,97% a.a.) tiveram seu estoque de PFTs reduzidos a taxas menos negativas que

a média estadual, que foi de -2,39 ao ano. Assim, Santa Catarina chega a 2016 com 50,62% de sua força de trabalho formalizada recebendo até 2 SM.

Quando se leva em consideração também as faixas de rendimentos intermediárias, percebe-se que a tendência do novo período é o rebaixamento dos salários. De 2014 a 2016, o maior número de desligamentos de PFTs se deu na faixa salarial que vai de 2 a 3 SM, seguida pela faixa de 3 a 5 SM. O decréscimo dos PFTs remunerados entre 2 e 3 SM se deu à taxa de -4,01% ao ano, enquanto que essa mesma taxa foi de -5,16% para os trabalhadores pagos com de 3 a 5 SM. Com efeito, cada uma dessas faixas perdeu cerca de 0,8% na participação do agregado estadual somente nesses dois anos.

Completando esse quadro, as menores variações na participação no total dos PFTs se deram nas maiores faixas de renda. Os PFTs remunerados com de 5 a 10 SM decresceram a -2,75% ao ano, perdendo apenas 0,05% no agregado, enquanto que a faixa salarial dos que recebem mais de 10 SM decresceu a -4,1%, reduzindo sua participação no total dos PFTs em 0,1%.

A conclusão que se tira desses resultados é de que os trabalhadores formalizados em Santa Catarina – que já vinham sofrendo com baixos níveis de renda desde o início do século, quando a tendência era a valorização do salário mínimo (DIEESE, 2018) –, têm sua situação ainda mais agravada nos últimos anos. Na ocorrência da elevação do desemprego e do trabalho informal, aqueles que ainda conseguem se manter empregados formalmente sofrem com uma nova onda de precarização, derivada não só do deslocamento desses trabalhadores para faixas de remuneração menores, mas também da desvalorização do salário mínimo real²⁰.

3.2.5. Jornada de trabalho

Para além da estrutura de renda, outro fator central à compreensão das condições de vida dos trabalhadores diz respeito ao seu desgaste no exercício do trabalho, parâmetro esse que pode ser captado, em linhas gerais, pela quantidade de horas trabalhadas em cada vínculo empregatício.

A Tabela 8 demonstra o desenvolvimento das distintas faixas de jornadas de trabalho em 2001, 2014 e 2016 em Santa Catarina:

²⁰ De acordo com o DIEESE (2018), o salário mínimo está desde 2015 praticamente sem ser valorizado, visto que em 2016 seu aumento real foi pífio (0,36%) e que os dois últimos anos foram marcados, inclusive, por uma desvalorização do salário mínimo que, em termos reais, foi reduzido em 0,1% em 2017 e em 0,25% no marco de janeiro de 2018.

Tabela 8: PFTs por faixas de jornada de trabalho em SC (2001, 2014 e 2016)

	Até 20h.	De 21 a 30h.	De 31 a 40h.	Mais de 40h.	Total
2001	30.017	46.511	160.653	918.531	1.155.712
%	2,60	4,02	13,90	79,48	100,00
2014	82.014	99.393	311.741	1.780.785	2.273.933
%	3,61	4,37	13,71	78,31	100,00
2016	86.370	102.371	319.514	1.659.668	2.167.923
%	3,98	4,72	14,74	76,56	100,00
Taxa a.a. (2001-2014)	7,17%	6,06%	5,32%	5,19%	5,30%
Taxa a.a. (2014-2016)	2,59%	1,48%	1,23%	-3,52%	-2,39%

Fonte: RAIS/MTE; Elaboração própria.

Derivando também das características dos postos de trabalho que passaram a ser formalizados desde o início do século, percebe-se que a lógica predominante de 2001 a 2014 foi a de que o crescimento do número de empregos formais foi tão maior quanto menores fossem as durações das jornadas de trabalho, dinâmica que indica uma expansão das estruturas empregatícias *part-time*, características de estruturas produtivas mais flexíveis e atreladas à *intensificação do trabalho*²¹. Nesse sentido, nota-se que a faixa das ocupações que exigem até 20 horas semanais de trabalho foi a que mais cresceu (7,17% a.a.) no período, seguida pela faixa que vai de 21 a 30 horas (6,06% a.a.) e da que abrange o intervalo de 31 a 40 horas semanais (5,32% a. a.).

Completando o quadro do período 2001-2014, a faixa referente aos contratos de mais de 40 horas de trabalho semanais ampliou seu estoque de PFTs em 5,19% ao ano, taxa que, embora significativa, ainda foi menor que a média estadual. Não obstante, registre-se que, no marco de 2014, 78,31% do montante dos PFTs do estado tinham jornadas de trabalho com mais de 40 horas.

A rigor, o período que vai de 2014 a 2016 aprofunda as tendências anteriormente observadas. Diante da retração econômica, a redução de custos é tomada como regra e as empresas passam a demitir prioritariamente os empregados com jornadas de trabalho formalmente mais extensas. Dessa forma, os últimos dois anos consideramos acumularam o fechamento de cerca de 121 mil PFTs com jornadas de trabalho de mais de 40 horas, o que

²¹ Tomando o setor de telemarketing como exemplo, Luce (2013) argumenta que jornadas de trabalho menos extensas são mais propícias à imposição de ritmos de trabalho mais acelerados que, em muitos casos, levam ao esgotamento físico e psíquico dos trabalhadores, ainda que suas jornadas de trabalho de menos de 30 horas semanais. Acerca do fenômeno da intensificação do trabalho, ver Dal Rosso (2008).

fez com que essa faixa decrescesse à taxa de -3,52% ao ano e reduzisse sua participação no agregado estadual em -1,76% nesse período.

Chama a atenção, diante disso, que as menores faixas de jornadas de trabalho seguiram ampliando seu estoque de PFTs, o que indica que essas faixas acabaram absorvendo parte desses postos de trabalho com jornadas de trabalho mais extensas que foram fechados de 2014 a 2016. Dessa forma, o maior crescimento do período se deu nos empregos formalizados ocupados em até 20 horas semanais (2,59%), seguido pela faixa de jornada de trabalho de 21 a 30 horas (1,48% a.a.) e pela de 31 a 40 horas (1,23% a.a.).

Em análise a esses dados, observa-se uma tendência à flexibilização da estrutura de emprego no estado, com a dissolução de postos de trabalho com maiores jornadas de trabalho em prol de vínculos que se adequem melhor às flutuações do mercado. Por essa via, compreende-se que, em uma conjuntura de retração econômica – e, assim sendo, de redução das taxas de lucro –, os empregadores tendam a reduzir o volume de mão-de-obra que empregam, além de ampliarem a busca por trabalhos não-formalizados²². Por fim – e tendo em vista que cada registro da RAIS diz respeito a um vínculo de emprego, sendo possível, portanto, que um mesmo trabalhador seja registrado mais de uma vez na base de dados –, é plausível supor que os trabalhadores estejam sendo compelidos a ter mais de um emprego, fator que também poderia indicar uma maior incidência da exploração da força de trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início do século XXI, o mercado de trabalho catarinense sofreu com alterações profundas tanto de ordem quantitativa, quanto qualitativa. Ao longo deste artigo, buscou-se captar os principais movimentos que as transformações recentes do mundo do trabalho implicaram à estrutura do emprego formal no estado até 2016.

Do ponto de vista quantitativo, observou-se que, de 2001 a 2014, Santa Catarina passou por um período de larga expansão do emprego formal em seu território, reduzindo expressivamente a participação do trabalho informal na PEA ocupada. Para alcançar tal efeito, foi necessário um padrão muito específico, que se valeu, por um lado, de uma conjuntura internacional favorável às exportações e ao crescimento econômico do estado e, pelo outro, de

²² Por permitirem que uma mesma pessoa permaneça trabalhando por mais tempo, sem que esse trabalho adicional seja formalizado em sua jornada de trabalho, a rigor os sistemas de hora-extra (popularizados como “serões” em Santa Catarina) são um bom exemplo desse caso.

certa expansão do mercado nacional, aliado a esforços advindos da esfera federal no sentido de formalizar as relações de trabalho no país.

Não obstante, esse período também foi marcado pela consolidação das estruturas flexíveis de organização econômica no estado, o que se expressou tanto no crescimento contínuo da participação dos setores de serviços e comércio no agregado do emprego formal, quanto nos indícios de precarização das relações de trabalho, inscritos ainda não tanto nos rendimentos, mas já nas formas de organização produtiva, que contavam com jornadas de trabalho menos extensas e abriam espaço para a intensificação do trabalho.

No tocante ao segundo período considerado, observou-se que o não-rompimento com os mecanismos de dependência externa, aliados ao esgotamento das possibilidades de ação econômica do Estado brasileiro, trouxeram grandes problemas ao mercado de trabalho catarinense, além da intensificação dos problemas mencionados anteriormente. Tendo a solidificação da crise em 2014 como ponto de inflexão, foram evidenciadas dinâmicas diversas no estado, as quais foram analisadas a partir de indicadores socioeconômicos.

No que diz respeito à estruturação do emprego formal em torno dos setores produtivos, intensificou-se a tendência geral de concentração do emprego no setor terciário. Apesar de terem sofrido alguma retração desde 2014, os setores de comércio e serviço foram pouco afetados pela crise, fato que fez com que eles continuassem a ampliar sua participação relativa no agregado estadual.

Sem o suporte desses setores na geração de empregos formais, a perda de empregos formais na indústria foi ainda mais decisiva para os catarinenses. Seguindo o processo de desindustrialização que a lógica do capitalismo global contemporâneo tem imposto aos países periféricos, a redução dos investimentos a partir de 2014 fez com que o setor da indústria de transformação – que ainda vinha gerando empregos no período anterior – fechasse milhares de postos formais de trabalho e, perdendo seu posto de principal gerador de empregos formais em Santa Catarina, puxasse a retração do mercado formal de trabalho do estado.

Completando esse cenário adverso, o período analisado também marcou uma inversão drástica para o emprego formal na construção civil, uma vez que, com a retração econômica e a paralização de projetos infraestruturais, esse setor deixou de ser o importante catalizador de postos formais de trabalho que vinha sendo até então, passando, ao revés, a apresentar a maior taxa de decréscimo entre os ramos de atividade econômica de Santa Catarina.

O caráter tradicional do setor primário, desde a primeira década do século, já vinha demonstrando pouca capacidade em colaborar na geração de ocupações formais, fato que nem

a crescente importância das agroexportações na economia catarinense conseguiu alterar. Nesse contexto, registrou-se que os empregos formais localizados nos setores extrativos e da agropecuária foram bastante afetados com a retração econômica.

No que diz respeito à divisão sexual do trabalho, os dados analisados deram conta de que o período de expansão econômica da primeira década do século foi benéfico à introdução da mulher no mercado formal de trabalho. Dando indicativos da conexão que as desigualdades de gênero têm com a conjuntura econômica, notou-se também que a redução da produção a partir de 2014 provocou a desaceleração do crescimento da participação das mulheres no quadro do emprego formal do estado, o que indica a fragilidade desse processo.

Outro aspecto importante registrado foi a alteração que se conformou no mercado formal de trabalho catarinense com relação à escolaridade. Em consonância com as demandas do mercado, de 2001 a 2016 observou-se um fenômeno contínuo de elevação do grau de escolaridade da mão-de-obra formalizada no estado. O padrão estabelecido para todo o período foi a elevação da participação dos trabalhadores com, no mínimo, ensino médio completo, o que está diretamente relacionado com o aumento da escolaridade média da população e com a elevação da seletividade às contratações formais. Embora não tenha estimulado o primeiro desses fatores, é notável que o período de retração econômica tenha intensificado o segundo.

No tocante à renda dos trabalhadores, notou-se que a grande expansão dos empregos formais observada no período anterior à crise se deu nas menores faixas de remuneração, fato que fez com que Santa Catarina chegasse a 2014 com cerca de 73% de sua força de trabalho formalizada recebendo até 3 salários mínimos. Assim, é possível auferir que, apesar da concessão de direitos trabalhistas, no quesito renda esse período não apresentou avanços tão significativos.

A partir de 2014, entretanto, a lógica muda, e o alto nível de desemprego possibilita o rebaixamento dos padrões salariais. De 2014 a 2016, o maior volume de desligamentos de postos formais de trabalho se deu nas remunerações intermediárias, desempregando principalmente os trabalhadores que recebiam de 2 a 5 salários mínimos, à medida que os empregos formais com remunerações inferiores a essas não foram tão afetados. Nesse sentido, identifica-se a expansão da exploração do conjunto consumo dos trabalhadores como um mecanismo de resposta à crise, tendo em vista esse novo período em que a informalidade se amplia e os rendimentos reais caem.

Dando indicativos da penetração da lógica flexível de produção no estado, também constatou-se que o padrão estabelecido desde 2001 foi a redução das maiores jornadas de trabalho, em detrimento da elevação da participação das menores. Com o período de retração econômica, chamou a atenção a intensificação desse fenômeno, o que fez com que as empresas catarinenses continuassem a ampliar o estoque de empregos formais ocupados com até 40 horas, enquanto que toda a retração do estoque ficou por conta dos postos formais de trabalho com jornadas superiores a 40 horas semanais.

Articulando todos esses aspectos à conjuntura econômica atual, pontua-se que é bem possível que o desemprego gerado nos últimos anos possa ser “reabsorvido” num período posterior de relativa recuperação econômica; todavia a etapa atual da economia mundial mostra que, mantendo-se as estruturais vigentes, grande parte dos trabalhadores catarinenses ainda estará submetida a regimes de trabalho precarizados ao final desse ciclo. Ademais, estando consolidada a estrutura econômica flexível – onde os direitos trabalhistas dependem diretamente das flutuações do mercado –, fica cada vez mais evidente que não há mais garantias de que as condições de vida e de trabalho no estado não voltem a ser deterioradas toda vez que um ciclo expansivo chegue ao seu fim.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. 4ª ed., São Paulo: Cortez, 1997.

BALTAR, Paulo. Política econômica, emprego e política de emprego no Brasil. **Estudos Avançados**. v. 28, n. 81, mai/ago, 2014, p. 39-53.

BRAGA, Ruy. **A Política do Precariado:** do populismo à hegemonia lulista. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial. 2013.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso. As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. In: **Revista ABET**, v. VI, n. 2. 2007, p. 87-108.

DIEESE. **A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo, 2012.

_____. **Nota Técnica Número 188:** Valor de R\$954,00 não recompõe poder de compra do Salário Mínimo. 2018. Disponível em: <goo.gl/Epfx5>. Acesso em: 14 fev. 2018.

HARVEY, David. Do Fordismo à Acumulação Flexível. In: _____. **Condição Pós-Moderna:** Uma pesquisa sobre as origens da mudança de cultura. São Paulo: Edições Loyola, 2012, p. 135-184.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)**. 2017. Disponível em: <sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnad/geral/pesquisa-basica>. Acesso em: 24 jan. 2018.

LAVINAS, Lena. **Empregabilidade no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos**. Texto para Discussão Nº 826. Rio de Janeiro: IPEA. 2001.

LEONE, E. T.; BALTAR, P. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v.25, n.2, p.233-249, 2008.

LUCE, Mathias Seibel. Brasil: Nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? In: **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 11, n. 1, jan/abr, 2013, p. 169-190.

MANCEBO, D.; SILVA JÚNIOR, J. R.; SCHUGURENSKY, D. A educação superior no Brasil diante da mundialização do capital. In: **Educação em Revista**, v. 32, n. 04, 2016, p. 205-225.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011

MATTEI, L.; LINS, H. N. Liberalização econômica e reestruturação produtiva: reflexos em Santa Catarina no limiar do novo século. In: _____ (Orgs.). **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó/SC: Argos, 2010, p. 109-155.

MTE. **Nota Técnica MTE: Base de Dados RAIS/2014**. 2015. Disponível em: <goo.gl/Mxq3ep>. Acesso em: 12 fev. 2018.

PAULANI, Leda. Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 77, 2013

PDET [Sistema de recuperação na Internet]. Ministério do Trabalho. 1991- .[2016]. Disponível em: <bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>. Acesso em: 20 mar. 2018.

MORETTO, Amilton J. Mudanças na oferta e inserção da força de trabalho brasileira: desafios para o sistema público de emprego, trabalho e renda. In: MACAMBIRA, J.; ARAÚJO, T. P.; LIMA, R. A. (Orgs.). **Mercado de Trabalho: qualificação, emprego e políticas sociais**. Fortaleza: IDT, 2016, p. 27-52.

SABADINI, M. S.; NAKATANI, P. Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil. In: **R.V. Análisis de Coyuntura**, v. 8, n. 2, jul-dez 2002, p. 265-290.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? In: **Educação e Sociedade**, Campinas/SP, v. 36, n. 133, p. 867-889, out-dez, 2015

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. O trabalho doméstico remunerado no Brasil. In: KREIN, J. D. et al (Orgs.): **Regulação do trabalho e instituições públicas**. 1ª ed. 2 v. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 49-54.

VALENCIA, Adrián Sotelo. **A Reestruturação do Mundo do Trabalho**. Uberlândia/MG: EDUFU. 1ª ed. 2009.